

as idéias-força do anarquismo¹

jaime cubero*

Apresentação

A inauguração do Centro de Cultura Social de São Paulo é anunciada pela *A Plebe*, com a publicação do anúncio: “Sábado, 14 de janeiro de 1933, às 20:00hs, no salão da Quintino Bocayuva, 80. A Comissão convida para este ato”.

Remanescente da grande atividade “anarco-sindicalista” e assim como os sindicatos, o CCS é uma organização pública do movimento anarquista destinada a estudar e debater os problemas sociais tendo por objetivo “promover nos meios populares, principalmente entre os trabalhadores, onde as possibilidades de cultura são limitadas por toda sorte de empecilhos, o estudo de uma nova ordem de coisas baseadas em princípios de justiça e de equidades sociais, que facultem a cada indivíduo e

* Jaime Cubero participou da reativação do Centro de Cultura Social de São Paulo, nos anos 1980. Aglutinou anarquistas e libertários e tornou-se referência para militantes e pesquisadores, acolhendo-nos com generosidade, humor e contundência (Nota dos Editores).

à coletividade, o gozo de uma situação de liberdade e bem estar, resultado do esforço comum e a que todos fazem jus” (Estatutos).

Nele, as tradições anarquistas foram transmitidas de geração em geração. Edgard Leuenroth, Pedro Catallo, Florentino de Carvalho, entre outros, que lutaram ao lado da primeira geração de imigrantes anarquistas em São Paulo, formaram a geração seguinte dos irmãos Cuberos, José Oliva Castillos, Lucca Gabriel, Nito Lemos, Antonio Martinez, entre outros.

Sua trajetória pode ser dividida em três fases: a primeira vai da sua fundação em 1933 até o seu fechamento pela ditadura getulista em 1937 e diz respeito à sua forte atuação, junto com a Federação Operária de São Paulo, nas lutas antifascistas que culminariam no enfrentamento entre anarquistas e integralistas na praça da Sé em 1934; a segunda refere-se ao período que vai da sua reabertura em 1945 até novamente ser fechado em 1969, após a promulgação do Ato Constitucional de nº 5; e a terceira fase diz respeito às atividades desenvolvidas após a abertura democrática em 1985 até os dias de hoje.

Nildo Avelino

É comum e da tradição na divulgação de textos e conferências de propaganda sobre anarquismo, começar-se com definições e explicações sobre a palavra *anarquia*, a partir da origem etimológica (do grego: *an* privativo, negativo e *arkhê*, poder = ausência de poder), ou seja, na (sem) *arkhê* (autoridade, governo), “estado de um povo que se rege sem autoridade constituída, sem governo” (Malatesta). É evidente a preocupação de libertar a palavra das conotações seculares que a tornaram

sinônimo de desordem, caos, bagunça e desorganização. Mas os termos verbais ou escritos, que expressam o conteúdo dos conceitos, têm seu sentido alterado com o tempo, muitas vezes de forma capciosa, exigindo para seu emprego, definições que tornem clara a intencionalidade e o sentido. Por exemplo: julgamos que os conceitos de *poder*, *governo*, assim como o de *socialismo* e outros, devem ser bem claros e definidos quando empregados no sentido anarquista.

Há uma diferença sutil no discurso, mas importante na realidade entre *poder político* e *poder social*. O primeiro exerce o poder de coação: uma ou mais pessoas têm o poder de obrigar outras a fazer o que não desejam. Ocupam o governo do Estado, o *Kratos*, o poder político no sentido grego, qualquer que seja sua forma, teocracia, aristocracia, monarquia, oligarquia, democracia, em todas as instâncias; e é contra esse poder hipertrofiado nos Estados Nacionais modernos que os anarquistas lutam hoje. Os anarquistas sabem, e todos os estudos históricos o demonstram, que o exercício desse poder corrompe seus detentores que acabam sempre por exercitá-lo em benefício próprio, de uma forma ou outra, em diferentes graus, sempre em detrimento do povo.

Transcrevemos trecho de uma carta — testemunho insuspeito — de Lord Acton, John Acton, historiador inglês, de Cambridge (1834- 1902) para o bispo Creighton:

“... Não posso aceitar por norma que o senhor estabeleça, segundo a qual devemos julgar o papa e o rei diferentes dos demais homens com a presunção favorável de que não cometem injustiças. Se cabe alguma presunção é a oposta contra os mantenedores do poder, que se acrescenta conforme se acrescenta o poder. A responsabilidade histórica tem que compensar a responsabilidade legal. O poder tende a corromper e o poder

absoluto corrompe absolutamente. Os grandes homens são quase sempre maus homens, ainda quando exerçam influência e autoridade, mais ainda quando se acrescenta a tendência ou a certeza de corrupção pela autoridade. Não há pior heresia do que a de que o cargo santifica quem o exerce”(citado por Herbert Read em *Anarquia e Ordem*).

O outro poder, o *poder social*, é o poder participado, exercido por todos nas decisões coletivas: o poder de uma assembleia de tomar decisões. Exemplo de proporções enormes foi o poder que tinha a C.N.T. espanhola, com milhões de filiados, durante a Guerra Civil, de decidir pela organização autogestionária e pelas experiências práticas do anarquismo durante a Revolução. É o poder que é exercido por todos em qualquer prática autogestionária nas decisões realmente coletivas.

O termo *governo* tem o sentido de autoridade diretora e o sentido restrito é o do governo político, centralizador do *Kratos* social, mas por extensão tem o sentido de gestão, organização, ordenamento. As expressões desgoverno (avião, carro desgovernado) têm o sentido de desorganização e se (tenho a impressão que poderia ser suprimido o “se”) análogo ao sentido pejorativo de anarquia. A proposta anarquista é pela organização e, nesse sentido, pelo autogoverno, como sinônimo de autogestão. A frase de Elisée Reclus, “a anarquia é a mais alta expressão da ordem”, tão repetida ao longo dos anos pelos anarquistas, em contraposição ao poder coator do Estado, causa principal das desordens, injustiças e misérias sofridas por toda a sociedade, em última análise, tem o mesmo sentido.

Não há expressão mais aviltada do que o termo *socialismo*. Assim como para a imensa maioria das pessoas, é inconcebível às sociedades humanas se organizarem

sem Estado, tal a desinformação. Para a maioria das pessoas, *socialismo* passou a ser sinônimo de estatização. Intelectuais das mais variadas tendências, nas universidades, na grande imprensa escrita e em todos os meios de comunicação, repetem a mesma pregação. Tudo o que se refere a socialismo passa pelo Estado. Que diferença do conceito de socialismo hoje, e do que era discutido nos principais congressos do século passado [XIX]! Com o ruir do sistema monolítico da Rússia e do Leste Europeu, só se ouve o apregoar estridente de que chegamos ao fim da história, com o capitalismo e a economia de mercado como a suprema via da felicidade humana *ab-aeterno*. Como se estatização fosse socialismo e não um modo de capitalismo.

Quando dizemos que o anarquismo é antes de tudo sinônimo de socialismo, temos que dar um mínimo de clareza ao nosso conceito de socialismo: daí a expressão *Socialismo Libertário*. Socializar é tornar a propriedade e os instrumentos de trabalho, enfim, toda a riqueza e o que a produz à disposição de toda a sociedade, acabando com a exploração do homem sobre o homem. Mas, para o Socialismo Libertário, não basta socializar os bens materiais. É preciso socializar o saber, a informação e todos os bens culturais. Jamais haverá socialismo se não se fizer a socialização do poder: a primeira coisa a ser socializada é o poder, que começa na autogestão das lutas. Destruir o poder político e fortalecer o poder social, o que significa a autogestão, a real igualdade e liberdade em todo o processo de transformação. Todas as tendências “socialistas” ou pseudo-socialistas, que através de suas vanguardas dirigentes lutaram pela conquista do Estado, por via parlamentar ou revolucionária, nada mais fizeram do que criar novas castas de privilegiados, perpetuadores do capitalismo e da exploração. A História reforça com poderosos exemplos a posição dos anar-

quistas na grande pendência da 1ª Internacional: libertários contra autoritários. Bakunin nunca foi tão atual, seus argumentos hoje estão apoiados em fatos.

O anarquismo não é uma doutrina rígida, com artigos de fé, tábuas de lei, com profetas, com excomunhões, processos de heresias e sanções. É antes um conjunto de doutrinas e princípios, cujos postulados básicos são convergentes, e sempre aberto às novas contribuições. Esses postulados básicos formam um fundo comum, que no amplo universo das múltiplas e alternativas atividades libertárias são o anarquismo propriamente dito.

O sentido de justiça e eqüidade, a revolta contra a exploração econômica do homem pelo homem, o combate ao Estado com a consciência plena de que é a instituição que garante o regime de exploração e o privilégio como fonte geradora de opressão e violência sobre o indivíduo e a coletividade, a liberdade como um dos mais altos valores humanos (liberdade e autonomia plenas a partir do indivíduo para a associação livre), solidariedade e apoio mútuo. Para Proudhon:

“... desde o ponto de vista social: liberdade e solidariedade são expressões distintas do mesmo conceito. Enquanto a liberdade de cada um não encontra barreiras na liberdade dos outros, como diz a Declaração dos Direitos do Homem de 1793, mas em apoio, o homem mais livre é aquele que mantém as maiores relações com seus semelhantes”.

Combate a todas as formas de autoritarismo, combate a todo poder de coerção, a tudo o que restringe, limita, sufoca e asfixia o potencial criativo do ser humano.

Todo ser humano tem necessidade de desenvolver seu físico e sua mente em graus e formas indeterminadas, todo ser humano tem o direito de satisfazer livremente essa necessidade de desenvolvimento, to-

dos os seres humanos podem satisfazer essas necessidades por meio da cooperação e da vida associativa voluntariamente aceita. Cada indivíduo nasce com determinadas condições de desenvolvimento. Pelo fato de nascer com aquelas condições tem necessidade — em termos políticos, têm o direito — de se desenvolver livremente. Sejam quais forem suas condições, ele terá a tendência de se expandir integralmente. Ele terá o desejo de conhecer, saber, exercitar-se, gozar, sentir, pensar e agir com inteira liberdade. Essa necessidade é inerente ao próprio ser. Se o crescimento físico fosse limitado por qualquer meio artificial, tal fato seria qualificado de monstruoso. Mas, a limitação do desenvolvimento de sua sensibilidade, do seu desenvolvimento intelectual e moral anulando todo o seu potencial criativo, seria lógico considerar-se também uma monstruosidade. No capitalismo, esse crime se dá em todas as instâncias da vida social e ninguém considera isso um crime, somente os anarquistas.

A descentralização, a autonomia e o federalismo são as vias pelas quais o anarquismo propõe a construção da nova sociedade. A descentralização máxima é o indivíduo. Da plena liberdade e autonomia individual para a organização segundo os interesses e as necessidades, para as instâncias mais complexas até a completa malha social, os princípios não se alteram. Começando pelo indivíduo como a unidade celular da sociedade até o mais amplo tecido social, o princípio de autonomia está presente. Os interesses específicos de cada instância não ultrapassam a própria esfera e não sofrem nenhuma interferência. Os interesses comuns de diferentes níveis e setores — profissionais, de produção de bens, geográficos que vão desde o espaço físico das comunidades à ecologia de grandes regiões, etc. — resolvem-se pelas federações que as necessidades práticas indicarão. A

união de interesses com objetivos comuns, sem quebra da autonomia é a característica básica do federalismo. Assim, as uniões locais se organizam em regionais até as confederações internacionais.

Tendo como fundamento a liberdade e a igualdade, o projeto anarquista de socialismo nos leva a clarear alguns aspectos dos conceitos de liberdade e ética para os anarquistas. O que é a liberdade? Tema de grandes controvérsias através da História. Há livre-arbítrio ou determinismo? Praticamos nossos atos por escolha ou não? Somos apenas dirigidos pelos nossos impulsos interiores aos quais não controlamos? Acontece que o homem é um animal racional: verdade que todos aceitam. Ser racional é ser capaz de escolher, capaz de preferir, de pesar, de comparar esta ou aquela solução, captar as possibilidades das possibilidades. O homem prevê as conseqüências de seus atos. Pode imaginar que se proceder assim poderá suceder isto ou aquilo. Tal ato poderá levar a tais ou quais conseqüências. É porque pode julgar, pode comparar, pode medir, pode escolher. Se o homem fosse apenas um autônomo, não teria noção de futuro. Ao ter noção de futuro demonstra independência, capacidade de escolher no suceder que sobrevém. É por isso que o homem é um ser autônomo e conhece a liberdade. Quando temos um impulso para um ato determinado e refletimos sobre as conseqüências, ao pensarmos, se nos revela uma série de possibilidades que vamos analisando racionalmente. Reprimimos o impulso, vencemos o desejo e resolvemos não fazer o que desejamos. Negar esse fato prático que verificamos em nossa vida seria negar praticamente também todo o poder da educação. Nossos maiores obstáculos contra os quais temos que lutar são justamente a pregação e a crença de que só podemos resolver os magnos problemas econômicos e sociais à custa da li-

berdade, abdicando da liberdade. Mas a liberdade é muito mais. E é através da conquista da própria liberdade que podemos garantir a solução que buscamos para esses problemas. O caminho da liberdade é o da prática da própria liberdade. É como a prática da liberdade que formamos homens livres. Liberdade não é somente ausência de restrições: é responsabilidade, opção e livre aceitação de obrigações sociais.

Todos os nossos atos são passíveis de juízos de valor e de conotações éticas. Tudo o que foi exposto até aqui tem implicações éticas. Há vastíssimos estudos sobre ética, desde a transcendente (religiosa), até a ultraracionalista, amoral, que pretende justificar posições totalitárias; racistas, de casta, do Estado, etc... A que nos interessa é a ética imanente, que fundamenta as doutrinas libertárias, estudada e defendida por Proudhon e desenvolvida por Kropotkin, com bases sólidas, que aceitam uma ordem natural entre os homens, fundada nas tensões que formam e que procuram conservar-se porque na realidade toda ética está fundada nelas e nos interesses por elas criada. Portanto, se a sociedade for organizada sob bases simples e naturais, formará naturalmente sua ética, não como uma necessidade apenas, mas porque o homem sabe descobrir o que lhe convém para ordenar as suas relações, porque sabe escolher. Por isso, os homens, quando se reúnem para um fim comum, logo sabem deduzir de sua organização as regras e princípios justos (ajustados) que permitem conquistar da melhor forma o fim que visam, como têm-se verificado ao longo da História na constante da polarização entre liberdade e autoritarismo, e em todos os movimentos que buscam a superação social. Dessa forma, a organização anarquista desenvolve sua própria ética, fundada num dever-ser próprio, que, como todo ato ético, é frustrável. O ato antiético para o anarquista é tudo

o que ofenda a norma da organização, o que ofende a solidariedade, seu fundamento, e que se estende à espécie humana. E o vigor, o desenvolvimento, as grandes possibilidades do projeto anarquista dependem fundamentalmente da coerência de sua ética.

As diferentes tendências e visões que no evoluir das idéias foram se sucedendo, como o anarco-individualismo, o mutualismo, o anarco-coletivismo, o anarco-comunismo e o anarco-sindicalismo, ainda vigente, pois é simplesmente a atuação dos anarquistas no movimento sindical com características próprias, hoje praticamente se diluíram e podemos falar de anarquismos sem adjetivos.

Ricardo Mella, um dos maiores teóricos do anarquismo espanhol, apresentou um trabalho no Congresso Revolucionário Internacional de Paris, em maio de 1900, com o título, “O Socialismo Anarquista”, contendo críticas às propostas que alimentavam grandes discussões sobre como deveria ser a sociedade futura. Idéias extraordinariamente atuais na análise sobre as tendências: “Se afirmamos a liberdade no sentido de que cada indivíduo e cada grupo possam atuar em cada instante, e nós todos a afirmamos, é claro que queremos os meios para que tal autonomia seja praticável”.

“E porque nós os queremos, somos, sem dúvida, socialistas, isto é, afirmamos a justiça e a necessidade da posse comum da riqueza, porque sem essa posse comum, que significa igualdade de meios, a autonomia seria impraticável”.

“Entendemos, creio que sem divergências, por posse comum da riqueza a posse comum de todas as coisas, de tal maneira, que estejam à livre disposição de indivíduos e grupos. Isto faz supor que será necessário estabelecer um oportuno acordo para que se faça uso metó-

dico da faculdade de dispor livremente das coisas. A investigação das formas possíveis daquele necessário acordo dá origem às *diferentes escolas assinaladas* (o grifo é nosso)”.

“Se trata, pois de questões de pura formalidade”.

“Será necessário, a partir de nossas afirmações genuinamente socialistas sistematizar a vida geral em plena anarquia? Será necessário decidir-se desde já por um sistema especial de prática comunista? Será necessário trabalhar para a implantação de um método exclusivo?”.

“Se assim fosse, estaria justificada a existência de tantos partidos anarquistas quanto idéias econômicas dividem nossa opinião”.

“Por outra parte, demonstraríamos com tais propósitos, que pretendíamos algo mais que a igualdade de meios como garantia da liberdade: demonstraríamos que tratávamos de dar uma regra à própria liberdade, ou melhor dizendo, ao seu exercício”.

“Sistematizar o exercício da autonomia é contraditório. Livre o indivíduo e livre o grupo, nada pode obrigá-lo a adotar tal ou qual sistema de convivência social. Nada será também bastante poderoso para determinar uma direção uniforme na produção e distribuição da riqueza”.

“Posto que afirmamos a total autonomia individual e coletiva, teremos de admitir, como conseqüência, a faculdade de todo mundo proceder como queira, a possibilidade de que uns ajam de um modo e outros de outro, a evidência de múltiplas práticas, cuja diversidade não será obstáculo à harmonia e à paz social que aspiramos. Havemos pois de admitir, resumindo, o princípio

da cooperação livre, fundada na igualdade de meios sem ir mais longe nas conseqüências práticas da idéia”.

“Por que o anarquismo há de ser comunista ou coletivista?”.

“Só o enunciado dessas palavras produz no entendimento a imagem de um plano preconcebido, de um sistema fechado...”.

“A afirmação de que tudo é de todos não implica que cada um possa dispor de tudo arbitrariamente ou conforme determinada norma. Significa unicamente que estando a riqueza à livre disposição dos indivíduos, fica ao sabor destes a organização de seu usufruto”.

“A investigação das formas de organizar este usufruto é certamente útil e necessário, sobretudo a título de estudo, não a título de imposição de doutrina. Mas a própria investigação não dará nem será necessário que dê unanimidade de opiniões, nem é desejável que determine um credo social. Em matéria de opiniões, é preciso ser respeitoso com todas. A liberdade de levá-las à prática é a melhor garantia desse respeito”².

O pluralismo que caracteriza o movimento anarquista é condizente com a natureza humana. A máxima igualdade é aquela na qual cada um possa exercer plenamente sua diferença. Se não dispõe da posse atual dessa igualdade, os anarquistas já são donos virtuais dela.

Notas

¹ Tema da segunda palestra no Curso de Anarquismo, em 11 de maio de 1991.

² Ricardo Mella. *Ideário*, Ediciones CNT, 1975, pp. 32-33.

verve

As idéias-força do anarquismo

RESUMO

Seguindo por outras direções, os anarquistas buscam criar caminhos para a liberdade. Caminhos que levam para uma sociedade libertária, na qual, como discorre Ricardo Mello, vivencia-se a expressão da diversidade humana.

Palavras-chave: Anarquia, liberdade, diversidade.

ABSTRACT

Following other directions, anarchists seek to create paths to liberty. Paths that lead them to a libertarian society in which, as described by Ricardo Mello, one can live the expression of human diversity.

Keywords: anarchy, liberty, diversity.

Indicado para publicação em 10 de março de 2003